AÇÃO SINDICAL & TRANSIÇÃO JUSTA

Propostas para um futuro industrial sustentável, justo e equitativo



industriall global union

industriall BRASIL

sask

Por um modelo econômico-social que coloque as pessoas em primeiro lugar, articulando iniciativas que visam a construção de uma transição justa e equitativa e o fortalecimento da negociação coletiva.

IndustriaALL Global Union

www.industriall-union.org

@industriall_gu

IndustriALL-Brasil

@industriallbr

APRESENTAÇÃO



Foto: Arquivo IndustriALL

Esta revista é fruto da cooperação e da solidariedade sindical internacional entre a IndustriALL Global Union, a IndustriALL-Brasil e o Centro de Solidariedade Sindical da Finlândia – SASK

A IndustriALL Global Union representa cerca de 50 milhões de trabalhadores e trabalhadoras em 140 países, organizados em sindicatos livres, independentes e democráticos, atuantes nos setores metalúrgico, químico, energético, de mineração, têxtil e afins.

Desde 2022, com o apoio do SASK, a IndustriALL executa o projeto **Fortalecimento Sindical para uma Transição Justa** (2022-2025), voltado a potencializar as confederações afiliadas à IndustriALL Global Union e IndustriALL-Brasil. O objetivo é fortalecer a estratégia de atuação nacional e superar os efeitos da fragmentação sindical brasileira, agravados pela Reforma Trabalhista e por legislações que fragilizam a organização dos trabalhadores, reduzindo sua representatividade e poder de negociação.

Criada em 2020, a IndustriALL-Brasil reúne mais de 10 milhões de trabalhadores e trabalhadoras, de sindicatos filiados à CUT e à Força Sindical, nos ramos metalúrgico, químico, têxtil, vestuário, alimentação, construção civil e energia. A entidade defende empregos decentes, direitos trabalhistas e qualidade de vida, articulando iniciativas para uma transição justa, o fortalecimento da negociação coletiva e a construção de uma política industrial nacional, com diálogo amplo entre setores, empresas, governo, movimentos sociais e sociedade civil.

O projeto já apoiou nove encontros regionais no Brasil, realizados na Bahia, Pernambuco, Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, debatendo as diversidades econômicas e socioculturais locais. Desde 2023, os encontros são setoriais, abrangendo mineração, bebidas, mobilidade/automotivo, energia, calçado e vestuário.

Coordenadas por um comitê gestor e equipe técnica, as ações incluem atividades formativas e organizacionais para qualificar a ação sindical e ampliar a incidência nas políticas públicas industriais.

Os sindicatos participantes atuam para influenciar a formulação de políticas públicas para a indústria sob uma perspectiva de transição justa, defendendo a participação da sociedade civil. O obejtivo é construir poder sindical para disputar um modelo de desenvolvimento que integre reindustrialização, transição energética, combate às mudanças climáticas e desenvolvimento social, enfrentando desigualdades estruturais de raça, gênero e classe.

Com suporte técnico do Dieese, dirigentes dos cinco setores envolvidos estudaram, analisaram e elaboraram propostas para incidir nas políticas públicas industriais. Nesta revista, reunimos o resultado desses debates e as pautas de reivindicações construídas e atualizadas ao longo de quatro anos, expressando também lutas históricas das afiliadas à IndustriALL Global Union e à IndustriALL-Brasil.

Esperamos que esta publicação sirva como instrumento estratégico para o movimento sindical brasileiro, apoiando a formulação de propostas, negociações coletivas e incidência política, e fortalecendo seu papel protagonista na defesa dos interesses da classe trabalhadora.

Nossa saudação à solidariedade internacional sindical, que aproxima trabalhadores do mundo inteiro e fortalece a luta por um modelo de desenvolvimento justo e inclusivo.

.



Marino Vani

Secretário Regional da IndustriALL Global Union para América Latina e Caribe



Aroaldo Oliveira da Silva

Presidente da IndustriALL-Brasil

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **6**

DIAGNÓSTICOS SETORIAIS **8**

EXTRAÇÃO DE MINÉRIO NO BRASIL 8

O SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL 13

O SETOR DE MOBILIDADE/AUTOMOTIVO NO BRASIL 17

O SETOR DE BEBIDAS NO BRASIL 21

O SETOR DE CONFECÇÕES E CALÇADOS NO BRASIL 25

CONSIDERAÇÕES FINAIS 29

INTRODUÇÃO



A indústria de transformação brasileira, que foi essencial para o crescimento econômico no século XX, perdeu espaço na economia nacional e global. Em 1985, representava 35,8% do PIB, mas caiu para 12,5% em 2012, com leve recuperação estimada para 14,4% em 2024.

Esse declínio afetou o mercado de trabalho. Em 2013, a indústria de transformação empregava 11,7 milhões de trabalhadores, reduziu para 10,2 milhões em 2021, voltando a empregar 11,9 milhões em 2025. A indústria geral passou de 13,2 milhões de empregos em 2013 para 11,3 milhões em 2020, recuperando-se parcialmente para 13,3 milhões em 2025. Paralelamente, a pauta de exportações brasileiras refletiu uma maior dependência de commodities, com manufaturados reduzindo sua participação de 37% para 29% entre 2013 e 2023.

A desindustrialização brasileira tem raízes em crises políticas e econômicas, além de políticas inconsistentes. A abertura comercial e as privatizações sem planejamento, combinadas com juros elevados e valorização do real, enfraqueceram a indústria nacional, ao mesmo tempo que a relação com o resto do mundo, em especial com a China já nesse século, reforçou a especialização do Brasil na exportação de commodities. A "doença holandesa" também desviou investimentos para setores como mineração e agronegócio, aumentando a dependência tecnológica externa.

Governos anteriores tentaram reverter essa tendência com políticas industriais como a PITCE (Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior), PDP (Política de Desenvolvimento Produtivo) e Plano Brasil Maior (PBM), mas os avanços foram limitados. A criação da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI) e incentivos à inovação trouxeram melhorias, porém, a falta de contrapartidas e coordenação entre governo e setor produtivo comprometeu os resultados.

O movimento sindical reforçou o debate sobre reindustrialização, com iniciativas como o Plano Indústria 10+ da CUT e discussões sobre integração entre política industrial e desenvolvimento social. A pandemia de Covid-19 expôs fragilidades produtivas e reforçou a necessidade de um plano sólido para revitalizar a indústria nacional.

Em 2024, o CNDI lançou o Plano de Ação para a Neoindustrialização orientado pelos princípios da inclusão socieconômica; equidade de gênero, cor e etnia; promoção do trabalho decente; desenvolvimento produtivo e tecnológico; aumento da produtividade e competitividade; redução das desigualdades regionais; sustentabilidade ambiental; e inserção internacional qualificada, até 2033. Apesar dos avanços, críticas apontam para a falta de metas claras na geração de empregos e na exigência de contrapartidas dos setores beneficiados. Sem medidas estratégicas, o Brasil corre o risco de consolidar um modelo econômico dependente de commodities, comprometendo o crescimento sustentável.

Um projeto de reindustrialização brasileira, impulsionado por transições digital e ecológica, é essencial para o desenvolvimento sustentável. Exemplos internacionais mostram que políticas coordenadas entre Estado e setor privado são fundamentais para revitalizar a indústria. Sem mudanças estratégicas, o Brasil pode consolidar um modelo econômico dependente de exportação de commodities, agravando desigualdades e comprometendo o crescimento sustentável.

DIAGNÓSTICOS SETORIAIS

Foto: Banco de imagens

EXTRAÇÃO DE MINÉRIO NO BRASIL

A mineração no Brasil teve papel fundamental na economia desde o período colonial, com destaque para o Ciclo do Ouro (1693-1780), que impulsionou a urbanização. No século XX, a atividade ganhou força com a criação da Companhia Vale do Rio Doce (1942) e a descoberta da mina de Carajás (1967). A privatização da Vale, em 1997, gerou debates sobre seus impactos econômicos.



Foto: Reprodução

A Vale tornou-se uma gigante da mineração, mas também esteve envolvida em tragédias ambientais. Os rompimentos das barragens de Mariana (2015) e Brumadinho (2019) resultaram em centenas de mortes e danos ambientais graves, levantando preocupações sobre a segurança na mineração.

O Brasil ocupa a sexta posição na produção mundial de minérios, sendo o minério de ferro o mais explorado. O Pará lidera as exportações nacionais, enquanto regiões como Quadrilátero Ferrífero (MG), Serra dos Carajás (PA) e Maciço do Urucum (MS) se destacam na extração mineral.

Além do ferro, o país se sobressai na produção de níquel, nióbio e alumínio, minerais estratégicos globalmente. O aumento da demanda por lítio e cobre reforça a importância da mineração para a indústria tecnológica e energética.

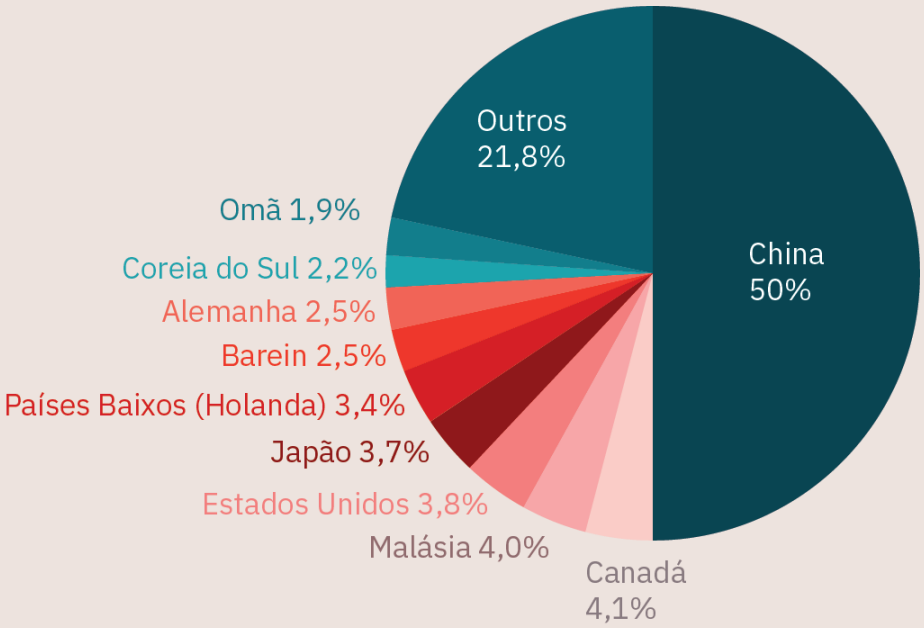
Entre 2017 e 2021, o setor mineral cresceu impulsionado pela demanda global, mas sofreu queda em 2022. A expectativa de retomada em 2024 estava ligada à transição energética e à busca por fontes minerais mais sustentáveis, abrindo oportunidades para a reindustrialização do país.

Esse cenário abre oportunidades para a reindustrialização do Brasil, permitindo maior agregação de valor à produção mineral e incentivando inovação tecnológica. A transição energética pode ser um fator chave para um modelo industrial sustentável e competitivo no mercado internacional.

Destaca-se por fim o caráter estruturalmente superavitário da balança comercial do setor mineral brasileiro. Em 2023, foi registrado um saldo positivo de R$ 31,3 bilhões. As exportações setoriais somaram US$ 43,7 bilhões, sendo o minério de ferro responsável por aproximadamente 71% desse valor (US$ 30,5 bilhões), ocupando o terceiro lugar na pauta de exportações brasileiras (8,7%). A China foi o principal destino das exportações de minérios, recebendo 50% do total. (Gráfico 1)

Por outro lado, as importações de minérios totalizaram US$ 12,5 bilhões, com destaque para os fornecedores Canadá (16,8%), Estados Unidos (16,3%), Austrália (14,3%), Rússia (13,7%) e Colômbia (9,2%).

Gráfico 1
País de destino das exportações de minérios em 2023 (US$ 43,7 bi)

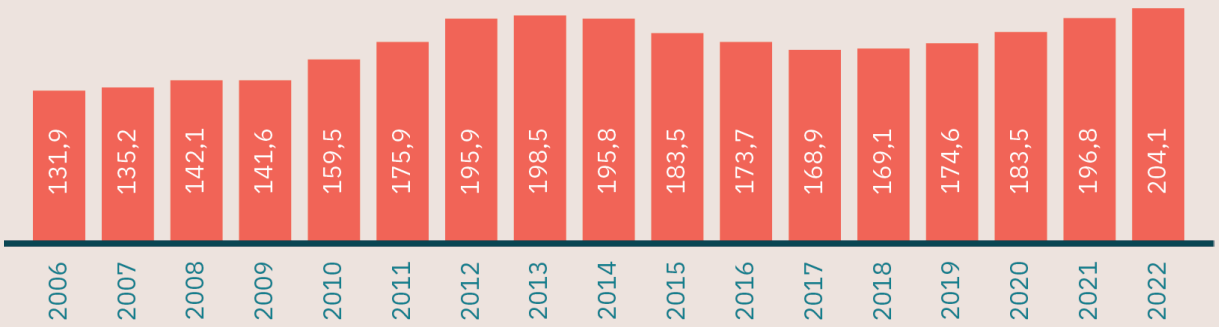


Fonte: Comex-STAT. MDIC
Elaboração: Dieese



De acordo com os dados da Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego (Rais-MTE), entre 2006 e 2022, os postos de emprego formal na extração de minérios no Brasil saltaram de 131,9 mil para 204,1 mil, o que corresponde a um crescimento de 54,7%. Entre 2006 e 2013, observa-se um crescimento expressivo, impulsionado pelo aumento da demanda global por commodities minerais, especialmente minério de ferro, com a China como principal destino. Contudo, a partir de 2014, o setor enfrentou uma desaceleração significativa, acompanhada pela queda nos preços internacionais do minério e pela redução dos investimentos no setor, o que resultou em perdas consecutivas de vínculos, até 2017. Nos anos seguintes, entre 2018 e 2022, o setor apresentou sinais de recuperação, com variações positivas no número de vínculos ativos, refletindo a retomada gradual da economia global e a valorização das exportações minerais (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Evolução de vínculos de emprego ativos na extração de minérios – Brasil, 2006 a 2022



Fonte: Rais-MTE. Elaboração:Dieese

Em 2022, a indústria de extração mineral ocupou a 7ª posição entre os setores extrativos e de transformação em número de empregos, totalizando 204.119 vínculos ativos. Apesar disso, destacou-se pela 4ª posição em remuneração média (R$ 4.647,58) e pela 8ª posição em massa salarial. O setor contava com 8.163 estabelecimentos, sendo 86% dedicados à extração de minerais não metálicos, como pedra, areia e argila, enquanto apenas 9% estavam focados em minerais metálicos, como ferro e alumínio. No entanto, a distribuição dos empregos revela um equilíbrio diferente, com 50% dos trabalhadores atuando na extração de minerais metálicos e 43% nos não metálicos.

A distribuição dos estabelecimentos reflete a concentração das principais minas no Brasil. Minas Gerais lidera o setor, com 23,3% dos estabelecimentos e 34,8% dos vínculos ativos. O Pará, embora possua apenas 2,8% dos estabelecimentos, responde por 12,5% dos empregos. São Paulo e Bahia apresentam forte presença na extração de minerais não metálicos, enquanto Goiás se consolidou como um polo regional relevante em razão das terras raras, que são minerais estratégicos essenciais para tecnologias limpas. Entre 2010 e 2022, houve mudanças no perfil da força de trabalho: a participação feminina aumentou de 10% para 15%, enquanto os vínculos de trabalhadores com menos de 30 anos recuaram de 33% para 21%.



Foto: Arquivo IndustriALL

Seminário setorial/minérios com lideranças sindicais de diversas regiões do país.

O setor enfrenta desafios relacionados à precarização do trabalho, incluindo alta rotatividade, crescimento da informalidade e terceirização. Entre 2005 e 2023, mais de 1.200 trabalhadores foram resgatados em condições análogas à escravidão, especialmente na extração de minerais como ferro e pedras preciosas. Além disso, em 2021, foram registrados mais de 3.000 acidentes de trabalho, evidenciando a necessidade de medidas urgentes para garantir condições dignas e seguras para os trabalhadores da indústria mineral.



Foto: Reprodução

Os trabalhadores/as do setor de minérios reivindicam:

- Políticas que conciliem soberania nacional, direitos sociais e sustentabilidade, destacando a necessidade de revisão da CFEM para garantir reparação socioambiental e participação comunitária.

- Fortalecimento da Agência Nacional de Mineração (ANM) também é essencial para aprimorar fiscalização, controle social e mediação de disputas territoriais.

- Paralelamente, melhorar as condições de trabalho é uma demanda central, dado o histórico de mortalidade e insalubridade no setor, exigindo políticas de saúde, segurança (cumprimento da NR-22) e combate a práticas antissindicais.

- A transição energética reforça a importância de uma política industrial voltada aos minerais estratégicos, agregando valor às exportações e impulsionando a reindustrialização nacional, por meio da transferência de tecnologia e geração de empregos qualificados.

- Reformar a política fiscal, anulando a Lei Kandir e ampliando a arrecadação tributária dos estados produtores, também é essencial. Por fim, fortalecer o debate tripartite com participação ativa dos(as) trabalhadores(as) pode possibilitar o enfrentamento de desafios, como informalidade e terceirização, garantindo direitos previdenciários (com revisão da aposentadoria especial desestruturada pela PEC 103/2019) e consolidando um modelo mais justo e sustentável para a mineração no país.

O SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL

A reestruturação do setor de energia elétrica no Brasil começou nos anos 1990, com a privatização e o marco regulatório de 2004, resultando na divisão das atividades em geração, transmissão, distribuição e comercialização. Inicialmente, a privatização foi mais intensa na distribuição, afetando diretamente o mercado de trabalho com dezenas de milhares de demissões e início da terceirização em larga escala. Em 2022, a Eletrobras foi privatizada, consolidando o domínio privado sobre o setor. A adição de novas fontes à matriz elétrica (biomassa, fotovoltaica e eólica) são impulsionadas pela financeirização do setor e pela expansão do mercado livre de energia.



Foto: Reprodução

O foco na maximização de lucros resultou em aumento das tarifas acima da inflação, piora na qualidade dos serviços e precarização das condições de trabalho. A terceirização, intensificada após a privatização dos anos 1990 e formalizada pela Lei das Concessões (1995), tornou-se a prática predominante e sem limites à expansão a partir da Lei da Terceirização (2017).

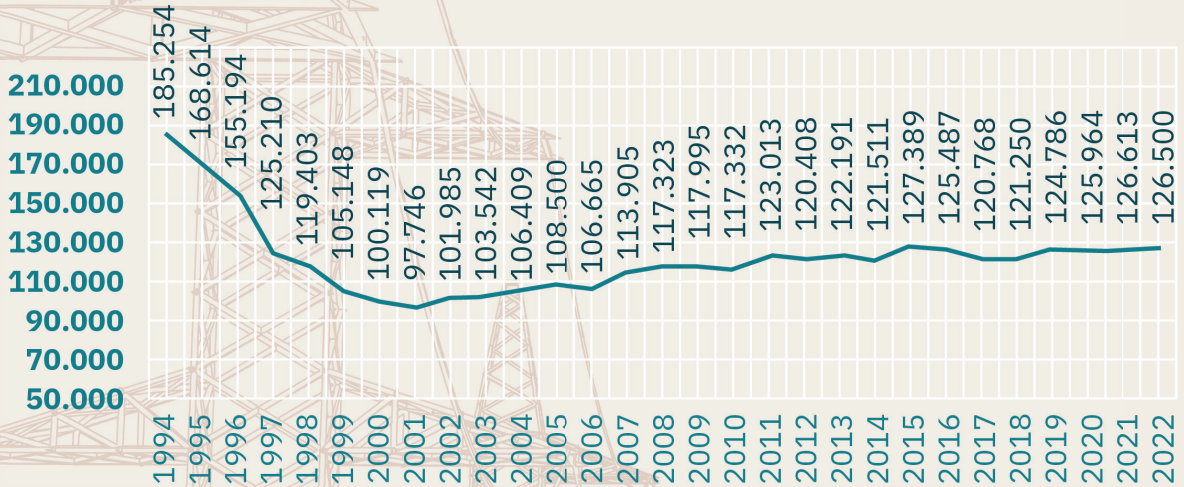
Em 2022, o setor elétrico contabilizava 126.500 trabalhadores formais, sendo 56% deles no segmento de distribuição. Embora essa atividade empregue a maior parte dos eletricitários, os dados oficiais não refletem completamente a força de trabalho devido à terceirização.

O avanço da terceirização na distribuição de energia ocorreu, majoritariamente, a partir de contratação de empresas de construção civil pelas distribuidoras. Os(as) trabalhadores(as) destas empresas, embora eletricitários(as) de fato, são registrados com CNAE da construção civil, o que torna impossível identificá-los(as) como trabalhadores(as) do setor elétrico. Por esses motivos, a Rais indica uma redução tão brusca no número de trabalhadores(as) no setor, a partir das privatizações, caindo de 185.254, em 1994, para praticamente a metade (97.476), em 2001 (Gráfico 3).

A redução drástica do número de trabalhadores do quadro próprio das empresas contribuiu para a precarização do trabalho e dos serviços prestados à população. Esse quadro foi agravado pela falta de investimentos que resultou no desabastecimento e racionamento de energia elétrica em 2001. A terceirização da atividade-fim foi, por algum período, divulgada pela Fundação Coge, indicando que, entre 2003 e 2014, o número de terceirizados no setor elétrico saltou de 40 mil para 135 mil, enquanto os contratados pelas distribuidoras permaneceram em torno de 97 mil. Em 2003, os terceirizados representavam 29% do total de trabalhadores do setor, mas em 2014 essa participação cresceu para 58%, tornando-se majoritária.

Desde 2015, há uma ausência de dados sobre o trabalho terceirizado no setor elétrico, dificultando análises precisas. Caso a proporção de terceirizados tenha se mantido, estima-se que atualmente existam mais de 100 mil trabalhadores nessa condição, muitos deles registrados sob CNAE de outras atividades.

Gráfico 3 - Número de trabalhadores formais no setor elétrico – Brasil – 1994 a 2022



Fonte: MTE/Rais.
Elaboração: Dieese

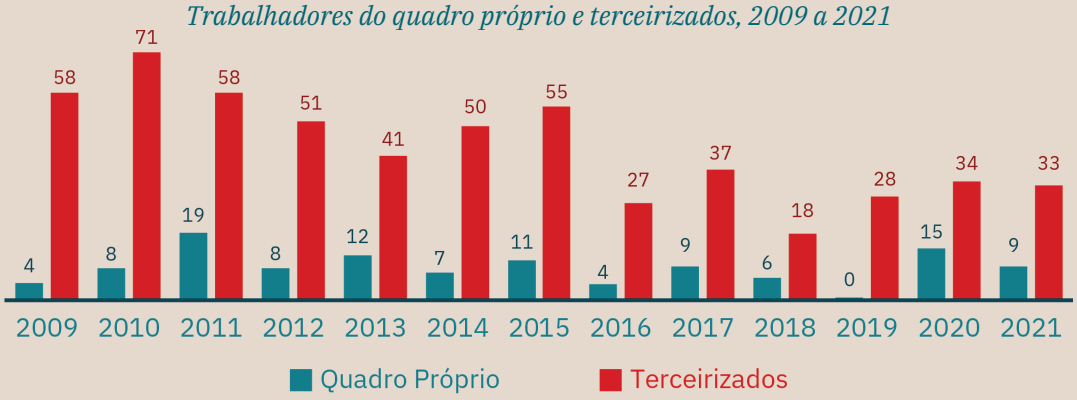
Sem o enquadramento desses trabalhadores enquanto eletricitários, não há devida representação sindical com consequências drásticas para quesitos como saúde e segurança.

A terceirização das atividades-fim na distribuição de energia foi usada exclusivamente para reduzir custos salariais, precarizando as condições de trabalho. Como resultado, o índice de mortes por acidentes de trabalho entre terceirizados é proporcionalmente maior.

O relatório da Aneel sobre o setor elétrico aponta um alto índice de acidentes fatais entre trabalhadores terceirizados. Em 2014, eles representavam 58% da força de trabalho, mas concentravam 88% das mortes decorrentes de acidentes.

Gráfico 4 - Número de mortes no setor elétrico decorrentes de acidentes de trabalho

Trabalhadores do quadro próprio e terceirizados, 2009 a 2021



Fonte: Aneel.
Elaboração: Dieese

O aumento das tarifas de energia reflete uma crise no setor, com previsão de subsídios chegando a R$ 40,6 bilhões em 2025, um crescimento de 9,2% em relação a 2024. Apesar da destinação parcial desses recursos para integração nacional e combate à pobreza energética, há incentivos controversos para fontes poluentes e falta de regulamentação e adequação do setor para a energia fotovoltaica e eólica.

A necessidade de maior regulação e políticas voltadas à proteção dos trabalhadores, consumidores, comunidades e meio ambiente é crucial diante da liberalização econômica e da crescente concentração do setor nas mãos de grandes corporações.



Seminário setorial/energia aprofundou estratégias para a ação sindical frente à transição justa.





Fotos: Reprodução

Trabalhadores/as do setor energético propõem:

- Garantia de condições adequadas de trabalho, acesso universal à energia, proteção ambiental e justiça para as comunidades impactadas.
- Vale ressaltar que a privatização do setor tem dificultado esse processo, especialmente após a perda do controle estatal na geração de energia. Enquanto o Brasil avança na privatização, outros países mantêm empresas estatais ou até promovem reestatização no setor de energia e gás.
- Substituição da expansão do mercado livre de energia (PL 414/21) por um modelo mais equilibrado, garantindo um setor energético mais justo e sustentável.
- Reformulação das Agências Reguladoras e maior inclusão de representantes sindicais nos debates sobre transição energética.

O SETOR DE MOBILIDADE/ AUTOMOTIVO NO BRASIL

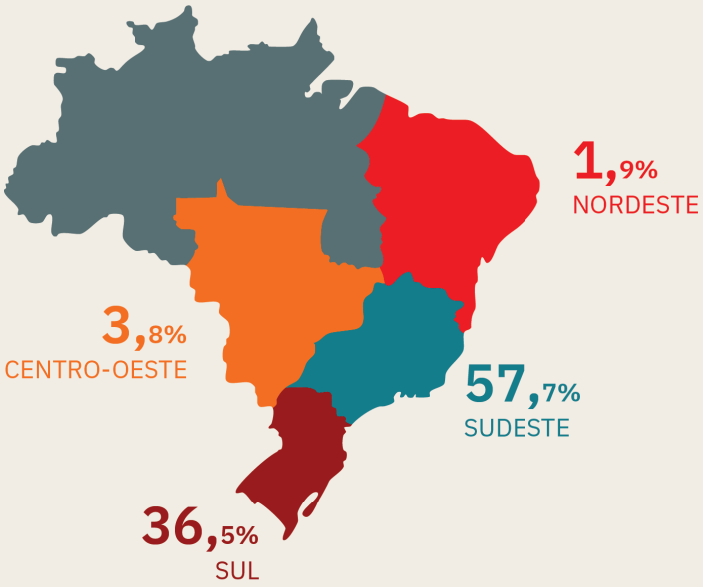
O debate sobre mobilidade urbana e transporte automotivo, promovido pelo movimento sindical, em seminários regionais, considerou a estrutura do Sistema Nacional de Mobilidade Urbana, que abrange diversos modais de transporte. Em 2022, o transporte rodoviário predominou, com 63% da distribuição de cargas, seguido pelo ferroviário (19%) e cabotagem (13%). O setor automotivo brasileiro possui um parque industrial robusto, respondendo por 20% da indústria de transformação e 2,5% do PIB.



Foto: SMETAL/Sorocaba

O movimento sindical brasileiro vem debatendo a mobilidade no setor automotivo há décadas, buscando uma política industrial democrática. Desde as Câmaras Setoriais, nos anos 1990, até o atual programa MOVER (2023-2030), diversas iniciativas foram implementadas para fortalecer o setor. Programas como o Inovar-Auto impulsionaram a instalação de fábricas e melhorias na eficiência energética, enquanto o Rota 2030 aprofundou a discussão sobre a descarbonização da mobilidade. A transição sustentável enfrenta desafios como reconstrução do tecido industrial e adaptação da infraestrutura produtiva. Os veículos híbridos surgem como alternativa estratégica, promovendo eficiência energética e preservação de empregos na cadeia automotiva nacional. Além disso, a Nova Indústria Brasil (NIB), lançada em 2024, direciona recursos para inovação tecnológica e sustentabilidade, incorporando a participação dos trabalhadores na formulação de políticas públicas.

A indústria está distribuída em nove estados, com 52 unidades fabris. O Sudeste concentra 57,7% das empresas automotivas, seguido pelo Sul (36,5%), Centro-Oeste (3,8%) e Nordeste (1,9%). Em 2023, havia mais de 7.000 estabelecimentos entre montadoras, encarroçadoras e empresas de autopeças. As montadoras representam apenas 1,5% dos estabelecimentos, enquanto as autopeças respondem por 72,5% e as encarroçadoras por 26%. Regionalmente, o Sudeste perdeu participação desde 2006, enquanto o Nordeste e Centro-Oeste ampliaram sua presença.



A capacidade instalada de produção era de 4,5 milhões de autoveículos, mas a produção efetiva em 2023 foi de 2,3 milhões, indicando ociosidade. A previsão para 2024 é de 2,44 milhões de unidades, um aumento de 4,9%. O faturamento do setor foi estimado em US$ 53,6 bilhões, gerando R$ 93 bilhões em tributos diretos. A balança comercial seguiu negativa em US$ 6,3 bilhões, com queda de 16% nas exportações e aumento de 29% nas importações, indicando desafios competitivos.

O setor automotivo atingiu seu pico de empregos em 2013 com 532.364 trabalhadores, mas sofreu queda até 2016, retomando contratações em 2017. A crise da Covid-19 impactou o setor, mas 2024 fechou com 474.958 trabalhadores, 89% do pico de 2013. As montadoras, que tiveram 196.038 empregos em 2013, encerraram 2024 com 173.103 trabalhadores, reforçando a desigualdade regional: a remuneração média no Sudeste foi de R$ 7.316, enquanto no Nordeste foi R$ 3.641.

O setor de autopeças, por sua vez, concentrava 70% dos trabalhadores no Sudeste com salário médio de R$ 4.751, enquanto o Sul tinha 22,2% dos vínculos e média salarial de R$ 4.360. O Nordeste, com 5,1% dos trabalhadores, registrou remuneração de R$ 2.291, reforçando desigualdades regionais. O emprego em autopeças atingiu 338.931 vínculos em 2011, caiu até 2016, recuperou-se em 2019, mas voltou a sofrer com a pandemia fechando 2024 com 301.855 trabalhadores, 89% do pico de 2011.

O setor automotivo segue como o terceiro maior segmento metalúrgico do Brasil, representando 19,3% dos trabalhadores da área. Embora enfrente desafios como queda na produção, instabilidade econômica e concentração regional de fábricas, ainda desempenha papel crucial na economia, exigindo estratégias para garantir competitividade, inovação e descentralização da indústria.

Tabela 1 - Distribuição e remuneração média dos trabalhadores do setor automotivo, por região (Brasil, 2024)

Região	MONTADORAS			AUTOPEÇAS		
	Nº Trabalhadores/as	Part. %	Rem. Média (R$)	Nº Trabalhadores/as	Part. %	Rem. Média (R$)
Norte	986	0,6%	2.227,0	6.015	2,0%	3.651,5
Nordeste	7.923	4,6%	3.640,7	16.339	5,4%	3.020,1
Sudeste	103.560	59,8%	7.316,2	210.052	69,6%	4.983,9
Sul	51.216	29,6%	5.760,6	67.166	22,3%	4.464,1
Centro-Oeste	9.418	5,4%	3.392,5	2.283	0,8%	2.515,0
Total	**173.103**	**100%**	**6.445,3**	**301.855**	**100%**	**4.716,7**

Fonte: Rais-MTE
Elaboração: Dieese



Os desafios do setor automotivo incluem ampliar a competitividade e valorizar o conteúdo nacional diante de um mercado global em transformação. Para o movimento sindical, a prioridade é fortalecer as negociações coletivas, garantir empregos de qualidade e fomentar a qualificação profissional, assegurando uma modernização industrial socialmente responsável. A mobilidade sustentável no Brasil exige políticas econômicas, industriais e sociais integradas, que favoreçam o crescimento sustentado da indústria, com taxas de juros adequadas e acesso ao crédito produtivo, consolidando um setor automotivo inovador, competitivo e ambientalmente alinhado à transição energética.



Aqui estão os principais itens da pauta dos trabalhadores do setor de mobilidade/automotivo:

- Implementar ações de curto e médio prazo para ampliar as vendas internas e externas de veículos, e planos de longo prazo para elevar a produção nacional e a participação brasileira na produção global.
- Mapear as rotas tecnológicas na mobilidade, com análise dos riscos e oportunidades para os trabalhadores, além do apoio às alternativas com vantagem competitiva para o país, como veículos híbridos e movidos a biocombustíveis.
- Estruturação de programas de qualificação voltados à transição tecnológica e energética, como contrapartida nas políticas industriais, além de ampliar a articulação com o Sistema S.
- Definição de metas de geração e manutenção de empregos nos setores beneficiados por incentivos públicos, principalmente no âmbito da política industrial.
- Revisão da distribuição dos recursos do programa MOVER e do Regime Automotivo do Nordeste/Centro-Oeste.
- Desenvolvimento de fornecedores estratégicos e ampliação do conteúdo local de peças e componentes, com revisão do regime ex-tarifário e da LETEC diante do acordo Mercosul-União Europeia.
- Pactuação de acordos coletivos voltados à transição justa nos novos regimes tecnológicos e energéticos, com foco em qualificação, saúde, segurança e distribuição dos ganhos de produtividade.
- Redução da jornada de trabalho e controle da terceirização nas empresas beneficiadas por políticas industriais.

O SETOR DE BEBIDAS NO BRASIL

A definição de bebida, embora pareça simples, ganha complexidade nas relações comerciais. No Brasil, há legislação específica que divide a regulação entre vinhos e derivados da uva (Lei nº 7.678/1988) e demais bebidas (Lei nº 8.918/1994), classificando-as como produtos de origem vegetal industrializados, sem finalidade medicamentosa. As bebidas são agrupadas em alcoólicas (vinho, cerveja, aguardente) e não alcoólicas (suco, refrigerante, néctar, xarope).



Foto: Reprodução

O movimento sindical desempenha um papel crucial na defesa do emprego, dos salários e da saúde dos trabalhadores, buscando melhores condições de trabalho, proteção sindical, remuneração justa e ambientes de trabalho seguros.

O setor de bebidas no Brasil é diversificado e reflete os hábitos regionais, com 4.083 unidades produtivas espalhadas pelo país, das quais 80% são microempresas. Em 2023, havia 134.800 trabalhadores, posicionando-se como o 19º maior setor da indústria de transformação. A maior parte da força de trabalho estava na fabricação de refrigerantes e bebidas não alcoólicas (37,8%) e na produção de malte, cervejas e chopes (31,8%) (Tabela 2).

Tabela 2 – Número de trabalhadores(as) no setor de bebidas, por subsetor – Brasil – 2023

Subsetor	N.	%
Fabricação de aguardentes e outras bebidas destiladas	10.015	7,4%
Fabricação de vinho	7.045	5,2%
Fabricação de malte, cervejas e chopes	42.822	31,8%
Fabricação de águas envasadas	23.903	17,7%
Fabricação de refrigerantes e de outras bebidas não alcoólicas	51.015	37,8%
Total	**134.800**	**100,0%**

Fonte: Rais – M.T.E.
Elaboração: Dieese

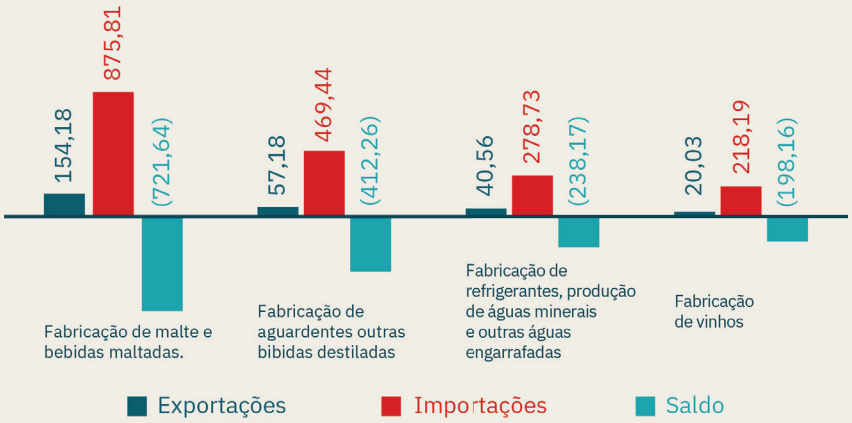
O setor de bebidas no Brasil apresenta diferenças regionais significativas na distribuição da força de trabalho. As principais concentrações ocorrem em São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco, no subsetor de aguardentes e destilados; Rio Grande do Sul, São Paulo e Pernambuco, na fabricação de vinhos; e São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, na produção de cervejas e chopes. No segmento de águas envasadas, São Paulo, Ceará e Pernambuco lideram, enquanto a fabricação de refrigerantes e outras bebidas não alcoólicas é dominada por São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

O setor possui uma predominância masculina, com 77,8% dos trabalhadores sendo homens e 22,2% mulheres. A fabricação de vinhos tem a maior participação feminina (31,9%), enquanto a menor presença ocorre na produção de refrigerantes e outras bebidas não alcoólicas (19,2%). A remuneração média em 2023 foi de R$ 4.000,26, sendo que os trabalhadores da produção receberam R$ 2.916,07. Existe uma desigualdade regional, com o Nordeste registrando remuneração 55,6% menor que o Sudeste.

O desempenho do setor de bebidas está diretamente ligado ao cenário econômico do Brasil, influenciado por taxas de desemprego, poder de compra dos consumidores e custos de produção. Em 2022, os gastos com pessoal representaram 10,46% dos custos totais, e o setor contribuiu com R$ 6,9 bilhões em tributos federais e R$ 2,2 bilhões para a Previdência Social.

Em 2023, o setor de bebidas brasileiro exportou US$ 271,9 milhões e os principais destinos foram Paraguai (43,8%), Bolívia (11,4%) e Estados Unidos (8,1%). As importações brasileiras de bebidas foram de US$ 1,8 bilhão, tendo como principais origens Argentina (23,4%), Uruguai (17,8%) e Reino Unido (10,1%). Por conta desses resultados, o setor de bebidas brasileiro registrou déficit de US$ 1,5 bilhão (Gráfico 5).

Gráfico 5 – Comércio exterior – Setor de bebidas – US$ milhões – Brasil – 2023



Fonte: MDIC - COMEXSTAT
Elaboração: Dieese

O setor de bebidas tem passado por grandes mudanças, impulsionadas pelo novo perfil dos consumidores e pela preocupação com sustentabilidade. A redução no consumo de bebidas açucaradas e alcoólicas, o aumento da demanda por embalagens menores e práticas, e o fortalecimento de compras online refletem essa transformação. Além disso, práticas ambientalmente sustentáveis tornaram-se essenciais para a competitividade da indústria.

Apesar de limitações tributárias para bebidas alcoólicas e açucaradas, as empresas podem acessar incentivos governamentais, como crédito pelo BNDES, apoio à pesquisa via FINEP e exportação pela APEX-Brasil. O Programa Nova Indústria Brasil (NIB), lançado em 2024, traz oportunidades como incentivo à agricultura familiar, redução de custos logísticos e digitalização dos processos industriais, impulsionando a inovação.



A organização e luta sindical se destaca frente à proteção de direitos e garantia de benefícios, reajustes salariais, saúde e segurança no trabalho. As negociações coletivas visam alinhar avanços tecnológicos com direitos trabalhistas, garantindo sustentabilidade na produção, valorização da força de trabalho e um equilíbrio entre inovação e justiça social.



Aqui estão os principais pontos da pauta dos(as) trabalhadores(as) do setor:

- Ampliação de crédito e incentivos tecnológicos, com foco em saúde, segurança do trabalho, sustentabilidade e fabricação de produtos mais saudáveis.
- Fomento à pesquisa e inovação, com avaliação tripartite entre sindicatos, empresas e governo, garantindo qualificação profissional para a transição energética e a Indústria 4.0.
- Prioridade em investimentos para empresas com maior compromisso social e para micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), promovendo competitividade e acesso a novas tecnologias.
- Exigência de acordos coletivos para acesso a crédito no BNDES, incluindo programas de formação sindical e capacitação dos(as) trabalhadores(as) como contrapartida aos financiamentos públicos.
- Promoção do trabalho decente, com salário digno, fiscalização contra trabalho escravo, infantil e práticas antissindicais, além do combate a todas as formas de discriminação.
- Transparência na segurança do trabalho, garantindo o envio de CATs, relatórios do SESMT e CIPA+A aos sindicatos, e maior participação sindical em iniciativas de prevenção de acidentes, inclusive com o reconhecimento das horas dos cursos oferecidos pelas entidades sindicais.
- Revisão das Normas Regulamentadoras (NRs), inclusive as relacionadas com os riscos da amônia no local de trabalho, com seminários que abordem prevenção de acidentes, saúde mental, assédio moral e sexual, e proteção a segmentos minorizados.
- Reconhecimento de doenças ocupacionais relacionadas à saúde mental, por meio de articulação com os ministérios do Trabalho e Emprego (MTE) e da Previdência Social (MPS).
- Negociação para redução da jornada de trabalho, sem corte salarial, promovendo melhor distribuição dos ganhos de produtividade, mais tempo para descanso, lazer e redução de doenças ocupacionais.
- Ampliar a fiscalização para inspecionar se as empresas estão cumprindo a legislação vigente para conter os danos provocados pelas embalagens das bebidas (principalmente PET).

O SETOR DE CONFECÇÕES E CALÇADOS NO BRASIL

O Complexo da Moda, composto pelas indústrias Têxteis, Confecções, Calçados e Couro, emprega 2,4 milhões de trabalhadores(as) no Brasil, contribuindo com R$ 200 bilhões para a Indústria da Transformação em 2022. O país se destaca globalmente, sendo o 5º maior em indústria têxtil, 2º em produção de denim e 3º em fabricação de malhas, além de ocupar a 5ª posição na produção de calçados de couro e esportivos.

Em 2023, havia 47,8 mil estabelecimentos de Confecções e 7,2 mil do setor de Calçados, totalizando quase 69 mil empresas incluindo Têxtil e Couro. Os subsetores reúnem mais de 1,1 milhão de vínculos formais, representando 14% da Indústria da Transformação.



Foto: STI Vestuário de Sorocaba

Apesar da alta geração de empregos, a remuneração é baixa, com a indústria de Confecções no último lugar e a de Calçados na penúltima posição em salários no setor industrial, como mostra tabela da página 26.

Tabela 3 - Número de vínculos ativos formais e remuneração média nominal e número de empresas, por atividade econômica. Brasil, dezembro de 2023.

Atividade econômica	Nº. vínculos	Part. %	Remuneração média	Nº. empresas
Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios	534.836	47,3%	R$ 2.070	47.791
Fabricação de Calçados e Partes para Calçados	280.540	24,8%	R$ 2.098	7.253
Fabricação de Produtos Têxteis	263.499	23,3%	R$ 2.822	11.162
Preparação e Fabricação de Produtos de Couro	52.131	4,6%	R$ 2.527	2.682
Total do setor	**1.131.006**	**100%**	**R$ 2.273**	**68.888**

Fonte: Rais – M.T.E.
Elaboração: Dieese

O setor da moda enfrenta desafios para atrair jovens trabalhadores, já que 70% dos ocupados nas Confecções e 60% nos Calçados têm mais de 29 anos, sugerindo migração para áreas com melhores condições de trabalho. Além disso, a precarização persiste, com 2,43 milhões de trabalhadores na cadeia produtiva, mas apenas 1 milhão em empregos formais. A informalidade atinge cerca de 50% nos setores Têxtil e de Confecções, superando a média nacional (39%) e chegando a 80-90% em algumas regiões do Norte e Nordeste.

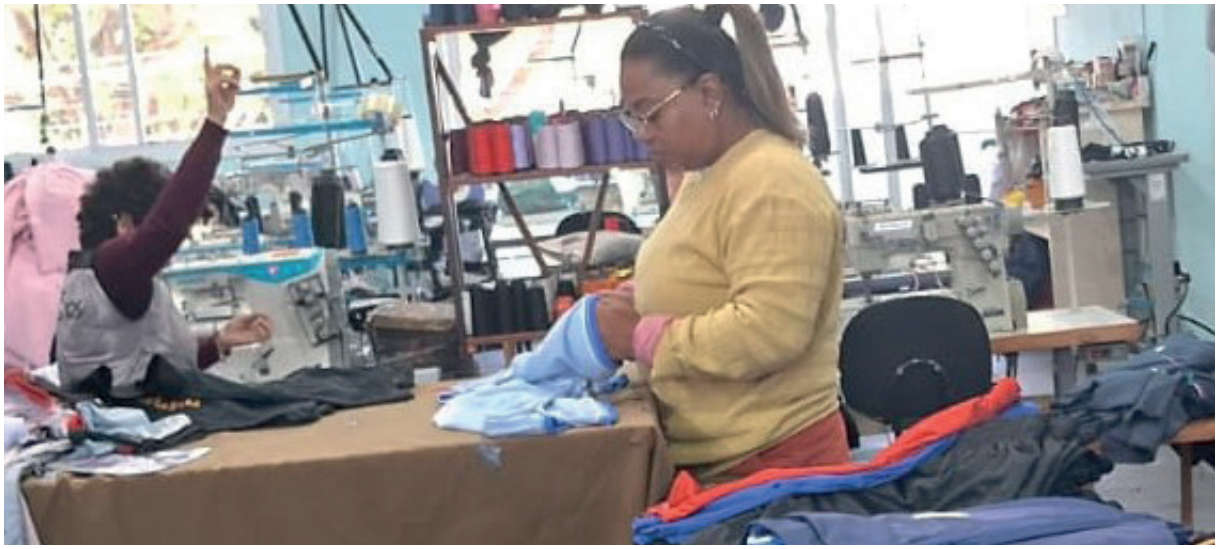


Foto: STI Vestuário de Sorocaba

O modelo fast fashion agrava a terceirização, a rotatividade e as desigualdades de gênero e raça, dificultando a denúncia de condições precárias. Em resposta, as negociações coletivas e o Observi-Moda buscam garantir direitos trabalhistas e promover ações socioambientais. Além disso, mudanças no consumo, como o crescimento das compras online, aumentam a concorrência com produtos importados, enquanto o setor lida com desafios ambientais devido ao alto consumo de água e energia e à geração de resíduos sólidos.

Para equilibrar a competição, políticas públicas incentivam subsídios fiscais e a tributação de concorrentes estrangeiros. O Programa Remessa Conforme (2024) visa taxar compras internacionais, afetando plataformas como Shein, Shopee e Aliexpress. No setor de Vestuário, a balança comercial segue deficitária devido à importação, principalmente da China (49%), enquanto o setor Calçadista mantém saldo positivo, com exportações principalmente do Rio Grande do Sul para EUA, Argentina, Alemanha e França.

Gráfico 6 – Balança Comercial - Vestuário e Calçados (US$ milhões FOB). Brasil, 2023



Fonte: MDIC - COMEXSTAT
Elaboração: Dieese

A desoneração da folha de pagamentos, vigente desde 2011 e estendida até 2027, não evitou a redução de empregos nos setores beneficiados. Segundo o IPEA (2023), Têxtil, Confecções, Couro e Calçados estão entre os que mais perderam postos de trabalho na última década, reforçando a necessidade de acompanhamento e contrapartidas das empresas.



Foto: Arquivo IndustriALL

As lideranças sindicais do setor defendem que as políticas de crédito e inovação, como as do BNDES, são fundamentais para a competitividade industrial, mas precisam alcançar as MPMEs, que enfrentam maiores dificuldades em períodos de crise. O setor Têxtil e Vestuário teve forte queda nos investimentos, com desembolsos reduzidos de R$ 5 bilhões (2011-2012) para R$ 716 milhões (2022). A Nova Indústria Brasil (NIB), lançada em 2024, busca impulsionar o setor por meio da bioeconomia, economia circular e maior eficiência energética.



Aqui estão os principais pontos da pauta dos(as) trabalhadores(as) do setor:

- Combate à precarização e informalidade, incluindo desigualdades de gênero e raça, terceirizações e quarteirizações.
- Mapeamento dos trabalhadores informais e terceirizados, analisando suas condições de trabalho e atuação na cadeia produtiva.
- Fortalecimento da fiscalização estatal e da autonomia sindical em vistorias, garantindo encaminhamento e resolução de denúncias de trabalho precário.
- Incentivo à formalização, exigindo planos industriais para realocação de trabalhadores e reversão da precarização.
- Assegurar em negociação coletiva melhores condições de saúde e segurança, como o cumprimento de todas as NRs e promoção de acessibilidade.
- Qualificação profissional integrada aos avanços tecnológicos e sustentáveis, com participação dos sindicatos e flexibilização da jornada para trabalhadores(as).
- Estímulo à participação juvenil no setor, por meio de trabalho decente, remuneração adequada e planos de carreira.
- Ampliação dos investimentos em P&D e tecnologia, com foco na sustentabilidade, transição justa e responsabilidade social.
- Análise das políticas industriais considerando o Mercosul, avaliando seus impactos no setor.
- Diferenciação de apoios e subsídios conforme o porte das empresas, garantindo equidade para MPMEs.
- Contrapartidas na desoneração da folha de pagamentos, como manutenção de empregos e redução da informalidade.
- Taxação de importados para proteger a indústria nacional, com monitoramento dos impactos no emprego.
- Criação de mesas tripartites para debater subsídios, financiamento e exportações, com participação sindical.
- Política de reindustrialização voltada à formação de aglomerados e articulação de MPEs nos territórios.
- Integração da cadeia produtiva, conectando agroindústria, comércio e infraestrutura logística.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



A cadeia produtiva industrial do Brasil emprega cerca de 13 milhões de trabalhadores, mas enfrenta desafios devido à desindustrialização, que reduziu sua participação no PIB e a competitividade. As crises econômicas, políticas e os impactos da pandemia agravaram o cenário. Além disso, o país lida com transformações tecnológicas e mudanças climáticas que demandam novas estratégias por parte do Estado, empresas e trabalhadores.

Diante da falta de políticas industriais estruturadas, o movimento sindical defende um modelo de reindustrialização sustentável, com ações coordenadas que protejam a produção nacional, gerem empregos de qualidade e melhorem as condições de trabalho. Os setores de Minérios, Energia, Automotivo, Bebidas e Confecções estabeleceram pautas prioritárias em encontros promovidos pela IndustriALL-Brasil, visando um desenvolvimento mais inclusivo.

Foto: STI Vestuário de Sorocaba

As principais pautas incluem a promoção do trabalho decente, com melhores condições laborais e redução das desigualdades de gênero e raça, além da formalização do emprego. Destaca-se também a necessidade de fortalecer a fiscalização contra a informalidade, combater o trabalho análogo à escravidão e garantir assistência para quem sofre doenças ocupacionais e acidentes de trabalho.

Na esfera macroeconômica, propõe-se a redução da taxa de juros, essencial para impulsionar investimentos industriais e ampliar o poder de compra dos trabalhadores. Além disso, é fundamental uma Reforma Tributária mais justa, permitindo maior desenvolvimento da indústria e equilíbrio na arrecadação fiscal.



Foto: Arquivo IndustriALL

O movimento sindical reforça a necessidade de um papel ativo do Estado, promovendo políticas industriais que aumentem a produtividade sem precarizar o trabalho. Também defende a transição justa, considerando os desafios climáticos e tecnológicos, garantindo supervisão humana na automação, acesso às novas tecnologias, e valorização profissional, alinhada à Nova Indústria Brasil (NIB), lançada em 2024.



@2025 - DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - DIEESE

Revista “Política Industrial e Transição Justa - Projeto Fortalecimento Sindical para uma Transição Justa” (2022-2025 - IndustriALL/SASK).

COORDENAÇÃO DO PROJETO FORTALECIMENTO SINDICAL PARA UMA TRANSIÇÃO JUSTA: Marino Vani, secretário Regional do escritório da IndustriALL Global Union da América Latina e Caribe; Patricio Sambonino Rivera, representante Regional para América Latina e Caribe do Centro de Solidaridade Sindical da Finlândia – SASK; Aroaldo de Oliveira, presidente da IndustriALL-Brasil; Milena Leão, coordenadora de Projetos e Políticas do Escritório Regional da IndustriALL Global Union da América Latina e Caribe; Josenildo Melo, Coordenador nacional de projetos da IndustriALL Global Union da América Latina e Caribe.

COMITÊ GESTOR DO PROJETO: Lucineide Varjão, vice-presidenta da IndustriALL Global Union para América Latina e Caribe; Edson Bicalho, membro do Comitê Executivo da IndustriALL Global Union para América Latina e Caribe; Renato Carlos de Almeida, Confederação nacional dos Metalúrgicos da CUT – CNM/CUT; Everaldo dos Santos, Confederação nacional dos trabalhadores Metalúrgicos – CNTM/Força Sindical; Josimar Luiz Cecchim, Confederação Brasileira Democrática dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação da CUT - CONTAC/CUT; Neuza Barbosa de Lima, Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins do Estado de São Paulo – FETIASP; Suzana Santos, Confederação Nacional do Ramo Químico da CUT – CNQ/CUT; Arnaldo Antunes da Silva, Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Estado de São Paulo – FEQUIMFAR/ Força Sindical; Esteliano Gomes Neto, Sindicato dos trabalhadores energéticos do estado de São Paulo – Sinergia CUT; Andson Gonzaga da Silva (Katu), Sindicato dos Eletricitários de São Paulo; Francisca Trajano dos Santos, Confederação nacional dos trabalhadores do ramo vestuário da CUT – CNTV/CUT; Jose Ricardo Leite, Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Textil Vestuário Couro e Calcados – CONACCOVEST/ Força Sindical.

EQUIPE TÉCNICA: Anna Paula dos Santos, Camila Ikuta, Carlos Machado, Daniel Ferrer, Fernando Lima, Lucas Lima, Luis Paulo Bresciani, Michaela Aramaqui, Renata Filgueiras, Renata Belzunces, e Ricardo Tamashiro.

EDIÇÃO: Patrícia Pelatieri, Milena Leão e Josenildo Melo.

EDITORAÇÃO: João Andrade.

DESIGN E DIAGRAMAÇÃO: Jé Santana.

PROJETO GRÁFICO: JÁ! Comunicação e Marketing Sindical.

IMPRESSÃO: COP BEM Gráfica e editora LTDA.

Foto: STI Matalúrgicos ABC



Apoio Técnico

DIEESE

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS